

Dívida Ext

A resposta dos credores ao calote prometido

15 DEZ 1989

JORNAL DA TARDE

Os credores externos do Brasil, preocupados com a eleição do próximo domingo, já falam da possibilidade de não renovar as linhas de crédito de curto prazo, que totalizam perto de US\$ 15 bilhões, caso o eleito (e o temor é muito maior com relação ao candidato Luís Inácio Lula da Silva) não dê um tratamento adequado à dívida externa.

As linhas de crédito de curto prazo são hoje o principal instrumento de defesa dos credores contra a possibilidade de um calote por parte do Brasil ou de qualquer outro país devedor. Sem esse dinheiro, o Brasil ficaria asfixiado, pois teria de pagar à vista — e adiantado — tudo o que precisasse importar. O resultado seria uma quebra brutal nas importações, com reflexos nos níveis de consumo e de atividade da economia. A recessão seria forte, afetando o emprego e a renda de milhões de pessoas.

O temor dos banqueiros, particularmente no que se refere ao candidato da Frente Brasil Popular, é compreensível. Enquanto o programa do candidato do PRN, Fernando Collor de Mello, nessa questão, fala em descentralização da negociação como decorrência da retirada do aval da União à dívida contraída junto a bancos privados por empresas particulares e outros níveis de governo, a proposta do candidato Luís Inácio Lula da Silva, no estilo das bravatas dos líderes populistas da América Latina, inclui a ruptura com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a suspensão de todos os pagamentos, seguida de uma auditoria da dívida.

Para o candidato petista, a dívida externa está na origem de todos os grandes problemas brasileiros — da inflação à estagnação, passando pela má distribuição de renda. Não pagá-la, por isso, passa a ser solução — tão simplista quanto perigosa — para todos eles.

Se fosse tão fácil, não estariam vivendo a situação que temos hoje no Brasil. Há cerca de seis meses o calote está em vigor, isto é, o Brasil não paga juros da dívida externa, mas nem por isso o quadro da economia brasileira — em termos de inflação, déficit público ou de crescimento — melhorou. Apenas com juros atrasados, o novo presidente encontrará, na posse, uma conta de US\$ 5,3 bilhões; no dia em que se sentar pela primeira vez na cadeira hoje ocupada por José Sarney, estarão vencendo mais US\$ 1,6 bilhão. Os atrasados chegarão, então, a US\$ 6,9 bilhões, mesmo valor estimado para as reservas externas, que o atual ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, vem procurando preservar.

Em termos de inflação, a suspensão dos pagamentos decidida pelo atual governo por razões técnicas — isto é, por não ter dinheiro suficiente para pagar — não teve nenhum efeito. A inflação de dezembro, segundo as previsões oficiais, deve superar os 50% neste mês, índice que muitos economistas definem como o limiar da hiperinflação, mas que o ministro da Fazenda não considera particularmente preocupante. O déficit público não se reduziu — ao contrário, a combinação entre a necessidade do atual governo de exibir, neste final de mandato, um serviço

que não conseguiu mostrar até agora e os interesses de congressistas preocupados em conseguir a renovação de seus mandatos no próximo ano —, só contribuiu para inflá-lo. Não há razão para supor que, num eventual governo Lula, a suspensão do pagamento da dívida externa possa, por si só, trazer os benefícios prometidos.

É óbvio que não devemos ignorar o fato de que o Brasil já pagou, a título de juros, mais do que deve (de 1971 até agora, os juros pagos somam US\$ 123 bilhões, dos quais US\$ 82 bilhões de 1982 para cá, para uma dívida de US\$ 110 bilhões). Mas não podemos imaginar que a moratória seja solução. Ainda recentemente, na gestão de Dílson Funaro no Ministério da Fazenda, o Brasil ficou um ano (de fevereiro de 1987 a fevereiro de 1988) sem pagar nada da dívida externa — e, também, não houve qualquer melhora na situação econômica.

O caso do Peru poderia servir de lição para a Frente Brasil Popular, caso o exemplo da moratória de Funaro não seja suficiente. Em 1985, com alegações semelhantes às do candidato petista, o presidente peruano Alan García Pérez rompeu com o FMI e limitou o pagamento da dívida externa a 10% das receitas do país com as exportações. Este, dizia García, seria o caminho peruano para a retomada do crescimento e para o combate à inflação. Não aconteceu nenhuma coisa nem outra. Ao lado do declínio da produção floresceu uma inflação que, anualizada, já chegou a 6.000%. O déficit público, de 4,4% do PIB em 1985, saltou para mais de 10%. Resultado: o Peru retornou ao FMI, com o qual assinou um acordo para executar um programa de ajuste econômico.

Até a Polônia, que acaba de romper as amarras totalitárias do partido único e do domínio soviético, recorreu ao FMI para a obtenção de um crédito de US\$ 700 milhões e para o estabelecimento de um programa que se destinará a reduzir os gastos públicos, equilibrar o orçamento e criar um sistema de preços livres.

Se servem para iludir eleitores e eventualmente assegurar vitórias eleitorais, as bravatas são inteiramente dispensáveis quando se trata de resolver problemas. Não haverá nenhuma solução para a dívida externa que não seja a negociada — e é de todo desejável que os negociadores brasileiros obtenham as melhores condições possíveis em termos de valores, taxas e prazos. Fora da negociação, será o isolamento, o retrocesso, a estagnação, o empobrecimento geral. Até Alan García compreendeu isso.